

*A História da Imprensa e a Imprensa na História: o Contributo dos Açores*

# *A História da Imprensa e a Imprensa na História o Contributo dos Açores*

Carlos Cordeiro  
Susana Serpa Silva  
(coordenação)

Alto patrocínio de



Governo dos Açores



Ponta Delgada  
2009



CENTRO DE ESTUDOS  
GASPAR FRUTUOSO

2



EDITORA  
LIVRARIA DE PONTA DELGADA

Ponta Delgada

2009



*A História da Imprensa  
e a Imprensa na História  
o Contributo dos Açores*

Carlos Cordeiro e  
Susana Serpa Silva  
(coordenação)

Ponta Delgada

2009



exemplo: Eduardo Lourenço, Octavio Paz, Richard Zenith a ler Pessoa; Ana Paula Tavares a ser revelada pela interlocutora brasileira, etc.

Já notada a tendência de incluir Portugal, o Brasil e os países africanos de língua portuguesa nos vários discursos panorâmicos essenciais para o mundo contemporâneo (de feminismo, de pós – colonialismo, de condição dos Latino-americanos, etc.) terá sido de certeza uma proposta sempre interessante e estimulante para os autores polacos e outros eslavos.

Enfim, entre as vantagens da “Literatura do mundo” ao longo do seu percurso encontram-se igualmente as hipóteses de gerir sempre o conhecimento mais profundo, sobretudo tendo em conta a posição da Polónia no antigo Bloco de Leste, um país comparado com a janela para o mundo do Ocidente. Assim, o referido periódico ainda antes do ano de 1989 ganhou algum poder de fomentar os assuntos ligados às literaturas portuguesa, brasileira e africanas, de criar maior interesse e até inspirar uma nova produção literária luso-polaca e/ou luso-eslava (traduções, encontros literários, novas leituras).

Com toda esta variedade, tal nos tipos de apresentação, tal nas vantagens e desvantagens assim implicadas, chama a atenção para o facto de que as leituras do “Outro” aqui demonstradas tão frequentemente sejam acompanhadas de emoção e fascínio pelas literaturas e culturas portuguesa e/ou brasileira ou luso africanas. E este caminho – tendo em conta que o periódico “Literatura no mundo” continua a sair desenvolvendo como o duo mensal<sup>29</sup> – promete ainda mais revelações nos olhares do futuro.

<sup>29</sup> Desde o ano 1994 “Literatura no mundo”, em reconhecimento do seu papel crucial, mudou o seu estatuto passando para o grupo dos periódicos patrocinados pelo estado polaco. Veja-se: <http://www.literaturanaswiecie.art.pl/historia.htm>

## *A crónica oitocentista e a reescrita da História: O caso das crónicas queirosianas para A Actualidade*

Ana Teresa Peixinho\*

### 1. Introdução

«A História da Imprensa e a Imprensa na História» é um tema suficientemente amplo e abrangente para centrarmos a nossa reflexão sob enfoques diversos: poderíamos tratar da História da Imprensa ou, por outro lado, reflectir até que ponto a Imprensa constrói, modela e acompanha o devir da História.

Optámos por cruzar ambos os vectores e propomos uma abordagem a um género muito caro aos nossos homens de letras do século XIX, a crónica, através da releitura de um dos maiores vultos desse século – Eça de Queirós.

Entendendo que a matriz temporal inerente à crónica lhe permitiu ser o suporte de discursos vários que foram reescrevendo a História, focámos a nossa atenção num conjunto de quinze crónicas epistolares queirosianas, publicadas entre 1877 e 1878, no jornal portuense *A Actualidade*, pois acreditamos que, através delas, conseguimos aceder a fragmentos de uma memória em construção, capaz de nos traduzir a visão e a sensibilidade com que o olhar de Eça captou e interpretou um breve período da História Europeia.

### 2. *Cartas de Londres*: história dos textos

Em 1874, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrade Corvo, nomeia Eça de Queirós para o consulado de Newcastle-on-Tyne, em Inglaterra, onde terá chegado a 30 de Dezembro desse ano. Estes anos de vida consular em Inglaterra são anos de ampla produção literária: é em Newcastle que retoca a última versão

\* CEIS20 – Universidade de Coimbra.

d' *O Crime do Padre Amaro* e que redige *O Primo Basílio*. Aliás, uma boa parte da sua correspondência particular deste período centra-se essencialmente na publicação da nova versão d' *O Crime do Padre Amaro*.

É também nesta fase da sua vida que Eça de Queirós se estreia como correspondente de jornais, actividade que, como é conhecido, nunca mais abandonará até ao final da vida. Sobretudo por motivações económicas, Eça aceita colaborar com um jornal português – *A Actualidade* – para onde redige quinze cartas, entre Abril de 1877 e Maio de 1878. Trata-se de um conjunto de textos epistolares, enviados de forma irregular<sup>1</sup> para o jornal dirigido por Anselmo Evaristo de Moraes Sarmiento<sup>2</sup>, que só muito mais tarde, em 1940, são publicados em volume independente, por Lopes de Oliveira e Câmara Reys, sob o título de *Cartas de Londres*; quatro anos mais tarde, um neto do escritor republica-as, alterando-lhes o título para *Crónicas de Londres*.

Independentemente dos motivos que terão levado Eça a aceitar esta colaboração epistolar com o jornal português, o certo é que estes textos marcam o início de uma importante actividade na vida e obra do autor: a de correspondente de jornais. Uma actividade que havia sido ensaiada de forma ainda incipiente com a experiência no *Distrito de Évora*, onde o jovem jornalista criara pelo menos dois correspondentes imaginários que escreviam da capital para o jornal alentejano. Aqui, em Newcastle, tem a oportunidade de, pela primeira vez, desempenhar plenamente essas funções: deslocado do país, escrever sobre a sociedade e o mundo que o rodeiam para um jornal.

Desconhecem-se as circunstâncias do convite d' *A Actualidade* e até o tipo de relação que Eça teria com o seu director e proprietário, Anselmo Moraes Sarmiento, embora tanto a forma como a ele se refere na sua correspondência particular, como o tipo de relações do director do jornal português com intelectuais

<sup>1</sup> Se houve meses em que a sua colaboração foi quinzenal, houve outros porém em que nada publicou, chegando a fazer intervalos muito superiores a um mês.

<sup>2</sup> Anselmo Evaristo de Moraes Sarmiento era um homem sensivelmente da mesma idade de Eça de Queirós, ilustre figura das letras e artes do Porto, conhecido sobretudo como jornalista, tendo fundado e dirigido, além d' *A Actualidade*, a *Gazeta Literária do Porto* e a *Ideia Nova*. Conviveu com alguns elementos da Geração de 70, como Oliveira Martins e Ramalho Ortigão, conheceu Teófilo Braga, cuja *História da Literatura* editou, e conheceu de perto Camilo Castelo Branco, com quem travou, em 1874, uma acesa polémica sobre direitos de autor. Além destas informações, o artigo da *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* acrescenta: “figura de grande prestígio no meio social do Porto, onde se evidenciou pela sua inconfundível personalidade, pelas excelsas qualidades de carácter e pelos seus invulgares sentimentos altruístas (...) inteligência superior, homem de letras, crítico de Arte (...)” (A.A.V.V, s/d: 801).

da época, nos permitam subentender uma certa proximidade e confiança. Certo é que, embora de forma irregular, durante cerca de um ano, Eça publicou neste periódico um conjunto de quinze cartas que, como teremos oportunidade de ver, deixam perceber a visão que o correspondente tinha do país e da sociedade em que se encontrava e funcionam hoje como testemunho de um tempo que, do ponto de vista da história política da Europa, se afigurou conturbado e complexo. Estas cartas são também o reflexo do “temperamento jornalístico” de Eça: “a escolha dos assuntos e a acessibilidade do estilo afirmam-no com real temperamento de jornalista, e as suas qualidades reaparecem e revigoram-se nas correspondências de New-Castle para o jornal tripeiro *A Actualidade* (...)” (Andrade, 1953: 21).

### 3. Eça de Queirós e *A Actualidade*

O jornal *A Actualidade* foi criado com o intuito de se fundar o centro eleitoral republicano<sup>3</sup>, em Fevereiro de 1874, e teve, na nossa opinião, um tempo de vida considerável, sobretudo tendo em conta as aparições meteóricas de alguns jornais e revistas da época: durou cerca de dezassete anos<sup>4</sup>, tendo-se extinguido em 1891, coincidentemente o ano em que se aborta a revolução republicana. Trata-se de um jornal de quatro páginas, de formato *in-folio* (50 cm), como também era comum na altura, de tiragem diária (só não era publicado às segundas-feiras) e que, logo no estatuto editorial, no seu primeiro número, reclama total independência relativamente a partidos políticos, grupos ou facções:

*A Actualidade*, no seu título singelo e desprezioso exprime as convicções que aí ficam expostas; não em servir nenhum partido militante, mas é essencialmente política. [sic] (...) *A Actualidade* é política pelo único motivo, que todo o homem que se diz independente e livre, e não considera estas palavras como um vão som, como uma frase da Carta, é obrigado

<sup>3</sup> Das poucas referências a este jornal português, encontramos uma, presente na resenha biográfica de Alves da Veiga, um dos republicanos envolvidos na revolta do Porto de 1891, que dá conta do seguinte: “[Alves da Veiga] foi um dos redactores da *Actualidade*, jornal que se publicou para se fundar o centro eleitoral republicano (...)” (Amaral, 2000).

<sup>4</sup> “*A Actualidade*, Porto, 1874. Propriedade de Anselmo Evaristo Moraes Sarmiento. Publica-se entre 1 de Fevereiro de 1874 a 31 de Julho de 1891. (50 cm)” (Rafael e Santos, 2001).

diante de si mesmo a ter opinião sobre os actos políticos que decidem da segurança da sociedade em que vive, e de sua própria pessoa (*A Actualidade*, nº1, 1/02/1874, p.1).

Esta independência, que começou a ser apanágio de alguns jornais a partir da década de sessenta, é reiterada também noutra local do jornal: ao longo dos seus primeiros números, na última página, reservada essencialmente a anúncios publicitários, é publicada uma publicidade ao próprio jornal que começa da seguinte forma:

A Imprensa jornalística tornou-se hoje uma necessidade pública, e quando ela desempenha a sua missão, serenamente, despreocupada de intuídos partidários ou de interesses exclusivos, pode elevar-se à altura de uma instituição social, influenciando beneficentemente na opinião, corrigindo os preconceitos, guiando e esclarecendo (*A Actualidade*, nº1, 1/02/1874, p.4).

Insiste-se, deste modo, na imparcialidade do jornal, na sua autonomia e independência em relação a partidos políticos e, conseqüentemente, no seu comprometimento valorativo, na sua missão pedagógica e formadora da opinião pública. *A Actualidade* apresenta-se, deste modo, ao público como mais um contributo para a consolidação do jornalismo enquanto nova instituição social com poderes crescentes, como uma voz crítica da política do tempo, na sua ampla aceção, como entidade capaz de formar e orientar criticamente a opinião, sempre ao serviço da verdade e da justiça, palavras-chave do programa deste periódico:

No nosso jornal procuraremos apenas ser os servidores humildes da verdade e da justiça, e nestas duas palavras resumimos o nosso programa. (*A Actualidade*, nº1, 1/02/1874, p.4).

À semelhança de muitos outros periódicos da época, também *A Actualidade* é um jornal compacto, cuja organização interna ainda é instável, tanto ao nível da planificação das suas secções, como ao nível dos géneros. No que às primeiras diz respeito, podemos constatar, ao percorrer as páginas deste jornal, que há pelo menos nove secções mais ou menos constantes: o «Folhetim», que ocupava o tradicional rodapé da primeira página; o «Exterior»; o «Noticiário»; a «Parte

Comercial» e a «Parte Marítima»; o «Correio d'Hoje», onde se publicam cartas do correspondente de Lisboa; a «Bolsa de Lisboa»; as «Cortes» e «Espectáculos», sendo que a última página é, como referimos, reservada aos anúncios publicitários que, à data, faziam já parte trivial da vida de um jornal.

A partir de determinada altura, o jornal começou a dar destaque evidente à correspondência estrangeira, publicando os textos dos seus correspondentes na primeira página, geralmente no espaço reservado ao artigo de fundo. A esta secção dá-se o nome de «Correspondência Particular da Actualidade» e ela conta com a colaboração de variados correspondentes situados em diversas cidades europeias e brasileiras: Paris, Berlim, Madrid, Londres e Rio de Janeiro. Alguns destes correspondentes assinavam os seus textos, como é o caso de Augustin Challamel de Paris, C. Hellwald de Berlim e Franz Weber de Londres; outros permaneceram anónimos, sendo identificados apenas como correspondentes de determinada cidade. Quer isto dizer que *A Actualidade* dá particular destaque e espaço a vozes exteriores ao jornal que, contando com a experiência local, veiculam as principais informações estrangeiras, discutindo e emitindo opinião, completando e enriquecendo, desse modo, a sóbria e telegráfica informação das agências.

A presença de Eça de Queirós nas páginas do jornal portuense é, portanto, mais uma entre muitas, através das quais os leitores portuenses podiam perceber melhor o que se passava ao nível internacional. Além do mais, sendo já um escritor consagrado e com experiência jornalística, nada mais natural do que ser convidado a colaborar pontualmente no jornal. Recordemos que, em 1877, ano em que inicia a sua colaboração epistolar com *A Actualidade*, Eça de Queirós conta já com dois romances publicados e conhecidos (*O Mistério da Estrada de Sintra* e *O Crime do Padre Amaro*), com alguns contos publicados em jornais ou revistas («A Morte de Jesus», «Singularidades de uma rapariga loira»), com alguma experiência jornalística (os folhetins da *Gazeta de Portugal*, o *Distrito de Évora*), bem como com uma assídua intervenção pública, não só através da sua participação nas Conferências do Casino, em 1871, mas também por via da publicação das *Farpas*, de textos doutrinários e de cartas abertas em jornais e revistas da época. Deste modo, o Eça que assume as funções de correspondente do jornal de Anselmo Morais Sarmiento já não é o jovem desconhecido que chegara a Évora, uns anos antes, para dirigir sozinho um jornal oposicionista. Eça conta, agora, em 1877, não só com alguma experiência profissional (fora cônsul em Havana e viajara pelos Estados Unidos), mas também com um capital

simbólico que o afirmara já como um promissor escritor nacional e um intelectual interventivo no seu tempo.

Podemos, portanto, conjecturar e dizer que se as cartas escritas para *A Actualidade* constituíam para Eça um divertimento interessante pelos proveitos financeiros que daí advinham, portanto uma actividade secundária e levada com pouca seriedade, também para o jornal, a presença do nome de Eça de Queirós nas suas páginas era uma forma de credibilizar o próprio jornal, conferindo-lhe algum prestígio e alguma autoridade simbólica.

Na nossa opinião, portanto, a presença de Eça de Queirós no jornal *A Actualidade* é uma incontestável mais-valia para o próprio órgão, embora não estejamos seguros de que o seu director tivesse, à época, uma consciência muito clara desse facto, pois que a publicação das cartas de Eça não é antecedida por nenhum aviso prévio, nem é dado especial destaque à sua colaboração, ao contrário do que virá a acontecer na *Gazeta de Notícias*, prestigiado jornal brasileiro do qual Eça será colaborador durante duas décadas. Mesmo o seu nome apenas é referido numa pequena listagem, publicada na última página do jornal, onde se elencam os correspondentes de cada número. Da consulta que nos foi possível realizar, dado o péssimo estado de conservação do jornal, existente na Biblioteca Municipal do Porto, constatámos que Eça não assinava os seus textos: as suas cartas apareciam na primeira página, à semelhança do que sucedia com os textos de outros correspondentes, antecedidas pelo título «Correspondência Particular da Actualidade» e datadas de Londres.

#### 4. O espaço da crónica no jornalismo oitocentista

As edições em livro destes quinze textos apresentam dois títulos diferentes, cuja responsabilidade coube aos respectivos editores: na edição de 1940, a escolha do título valoriza a matriz epistolar dos textos e, em certa medida, respeita a forma como as cartas aparecem datadas no jornal – *Cartas de Londres*; na edição posterior, de 1944, da responsabilidade de um neto do escritor, o título remático remete-nos para um outro género textual, por sinal bastante afamado no jornalismo da época – *Crónicas de Londres*. O confronto entre estes dois títulos sugere-nos algumas reflexões, nomeadamente sobre o local de origem da correspondência, bem como sobre o enquadramento genológico destes textos.

De facto, sabemos que estas cartas enviadas para *A Actualidade* foram escritas durante um período em que Eça vivia em Newcastle, como já referimos, e também é um facto que o próprio periódico refere essa cidade como a origem da correspondência queirosiana. No entanto, no enunciado da data de todas as cartas, a cidade que aparece é Londres, daí os títulos das duas edições tomarem essa capital como referência. É natural que, estando em Inglaterra, Eça se tivesse deslocado diversas vezes à capital inglesa, apesar de não possuímos dados concretos que o confirmem. O facto de esta cidade surgir na data das cartas e ter sido assumida como referência para a composição de ambos os títulos da edição em livro destes textos prende-se, na nossa opinião, com o facto de Londres ser aqui entendida como metonímia de Inglaterra: sendo a sua capital, esta cidade funciona aqui como símbolo de toda uma civilização a ser apresentada, descrita e comentada aos leitores portugueses d' *A Actualidade*. Para mais, uma boa parte das informações transmitidas por Eça nestas cartas é recolhida da leitura dos jornais londrinos, como o *Times* ou o *Daily Telegraph*. E se compararmos a correspondência queirosiana com a de outros correspondentes do jornal, verificamos que todas as cartas são datadas de capitais europeias, como Paris, Madrid ou Berlim. Portanto, independentemente de Eça se encontrar a escrever de Newcastle, a referência que adopta e que transmite aos seus leitores é a da capital do país onde se encontra até porque, em termos de eficácia comunicativa, o topónimo Londres tinha certamente um poder significativo muito maior junto dos leitores do jornal; e os temas, os assuntos, as notícias, as histórias e os *fait divers* que vão compondo as suas cartas pouco ou nada têm que ver com Newcastle, não se enraizando em nenhuma cidade ou local concreto, apresentando-se antes como aspectos diversificados da sociedade inglesa da época.

O segundo ponto de reflexão, suscitado pelo confronto dos títulos acima referidos, é o que diz respeito à matriz genológica destes textos. Trata-se, de facto, de um conjunto de textos, que obedecem a um protocolo epistolar, um género cuja escolha primeira decorre naturalmente da situação em que Eça se encontra: correspondente exterior de um jornal, escrevendo à distância de uma cidade estrangeira para uma secção do jornal intitulada «Correspondência Particular da Actualidade».

Ora, um confronto entre os títulos das duas edições em livro destes textos permite observar que se, na primeira edição, se recorreu precisamente ao modo

epistolar para intitular os textos, na segunda edição, a de 1944, oblitera-se essa marca epistolar para dar ênfase à sua substância cronística. Parece-nos, assim, pertinente uma incursão por este género textual, até porque é um dos géneros de culto no âmbito da obra queirosiana e, para mais, é um género que conhece uma fortuna notável na imprensa do século XIX. Bastará pensarmos, se fizermos um exercício retrospectivo, que Eça de Queirós, até 1877, publicara alguns folhetins na *Gazeta de Portugal* que podem ser considerados crónicas, escrevera crónicas no *Distrito de Évora*, jornal que possuía uma secção intitulada precisamente «Chronica» que era uma das mais constantes, e publicara as crónicas de *Farpas*.

É precisamente no jornal eborense, dirigido e escrito por Eça, que encontramos as primeiras reflexões metaliterárias sobre este género. Na primeira crónica publicada na secção homónima do *Distrito de Évora*, Eça de Queirós desenvolve um discurso sobre as características distintivas da crónica, bem como sobre as suas funções no âmbito da imprensa oitocentista. Apesar de sobejamente conhecido e citado, vale a pena relemos um excerto:

A crónica é como que a conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que lêem: conta mil coisas sem sistema, sem nexos: espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade: fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites: fala em tudo baixinho, como se faz ao serão ao braseiro, ou ainda de verão, no campo, quando o ar está triste. Ela sabe anedotas, segredos, histórias de amores, crimes terríveis: espreita porque não lhe fica mal espreitar. (...) ela conta tudo o que pode interessar pelo espírito, pela beleza, pela mocidade; ela não tem opiniões, não sabe do resto do jornal; está aqui nas suas colunas, cantando, rindo, falando; não tem a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico: tem uma pequena voz serena, leve e clara com que conta aos seus amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando (Queirós, 1981: 7).

Embora escrito no início da carreira literária e jornalística de Eça, este texto revela-se, na nossa opinião, uma síntese muito completa e lúcida das principais dominantes deste género textual, tal como era perspectivado na imprensa

oitocentista. Aliás, poderíamos ir mesmo mais longe e afirmar que estas palavras com que Eça introduz a secção cronística do seu jornal podem perfeitamente adaptar-se ao funcionamento actual do género, tocando nos seus principais aspectos e funcionalidades e revelando já um elevado grau de doutrinação. Curiosamente, esta reflexão meta-cronística queirosiana encontra eco num texto posterior de Maupassant, publicado em *Gil Blas*<sup>5</sup>, no qual o autor francês aponta como características básicas do género o seguinte:

La chronique doit être courte et hâchée, fantaisiste, sautant d'une chose à l'autre et d'une idée à la suivante sans la moindre transition, sans ces préparations minucieuses qui demandent tant de peine au faiseur de livres. (Maupassant *apud* Ferenczi, 1993: 87).

Esta consciência genológica, revelada pelos homens de letras, é, em parte, reflexo da importância ocupada pela crónica na imprensa oitocentista, época áurea do cultivo deste género textual. Para Fátima Outeirinho, “quase sem excepção intelectuais e homens de letras do século XIX português cultivarão com constância, dentro ou fora de um espaço folhetinístico, pré-conformado em termos gráficos, a polimórfica crónica, como meio principal de proventos ou como adjuvante monetário a não desdenhar.” (Outeirinho, 2000/2001: 89). E Helena Santana explica que “a crónica – ou folhetim, como inicialmente se designava – pode considerar-se, justamente, um produto do jornalismo romântico; um género que a imprensa oitocentista criou e consagrou.” (Santana, 2003: 9).

Esta genealogia da crónica, que se enraíza no folhetim oitocentista, dita em grande parte as suas principais características distintivas. Aliás, é importante sublinhar que, no que diz respeito aos géneros jornalísticos, o século XIX é ainda um tempo de fraca consciência genológica, em que não havia uma noção muito clara das diferenças entre opinião e informação e, muito menos, uma compartimentação estável de outros tipos de texto.

No entanto, a crónica foge a esta regra, pois é já em pleno século XIX um género assumido pelos jornais, com espaço próprio e autónomo e objecto de

<sup>5</sup> Revista literária fundada por Auguste Dumont em 1879, onde se estrearam Maupassant, Musset e Sand.

reflexão por parte dos próprios cronistas, como ilustram as palavras de Eça de Queirós acima citadas.

Todas as abordagens teóricas que tentam uma definição do género são unânimes em afirmar a sua marginalidade e o seu hibridismo: a crónica é, de facto, um género duplamente marginal, quer em relação ao campo de géneros jornalísticos consagrados, quer relativamente ao cânone literário, sendo muitas vezes considerado um género menor; o seu hibridismo reflecte-se ao nível temático e formal pois não há temas específicos ou obrigatórios, nem esquemas estruturais próprios, sendo um género de fronteiras muito fluidas que se oferece como um amplo espaço de liberdade, em que ficção e realidade se interseccionam. Como afirma Carlos Reis, “a crónica é aqui e de novo o elo de ligação entre dois campos que modernamente (e sobretudo pós-modernamente) se intersectam, às vezes sem visível linha de demarcação: o campo da representação ficcional e o campo da referência ao real circundante, tangível e empiricamente reconhecido.” (Reis, 2005: 18). Estas são, na nossa opinião, duas das vertentes incontornáveis na caracterização da crónica e que se encontram já espelhadas na reflexão metacronística ensaiada por Eça, no final da década de sessenta. Lembremos que para o então jovem jornalista do *Distrito de Évora*, a crónica “conta mil coisas”, “espalha-se livremente pela natureza” e está dentro do jornal, numa atitude de abertura, “cantando, rindo, falando.”.

Ainda regressando ao texto queirosiano supra-citado, importa sublinhar, para além destes aspectos, um outro também referido pelo escritor e crucial para o entendimento do género, não só no seu período áureo de oitocentos, mas também nos nossos dias: trata-se de uma maior liberdade de que goza o cronista que, ao contrário de outros sujeitos inscritos no campo jornalístico, não tem de se submeter a deveres deontológicos, nem a restrições técnico-formais muito restritivas. Apesar de a sua escrita se submeter, naturalmente, a critérios de paginação e ao espaço que lhe é reservado no interior da publicação que a veicula, a crónica é, como refere Mário Mesquita, o espaço de liberdade do jornal, em que o rigor jornalístico aparece mitigado da criatividade e imaginação literárias, não obedecendo a cânones pré-definidos (Mesquita, 1984).

Ora, esta liberdade do cronista projecta-se na forma como os seus textos são construídos, nomeadamente na sua vertente coloquial e dialogante: a crónica é “como que a conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que lêem”,

diz-nos Eça de Queirós no texto metacronístico que escreve sobre o género. Como texto assumidamente compósito, tanto de entretenimento quanto de informação, a crónica encerra, na sua essência, discursos leves e informais, que criam lógicas de proximidade e sedução com os leitores. O discurso cronístico institui, deste modo, a escrita e a leitura como formas de comunicação semelhantes à conversa e prescreve uma atitude informal e familiar.

A crónica é, portanto, um género que em muito contribui para a socialização. Adquirindo progressivamente uma orientação pedagógica, a crónica é “agente de socialização da sua audiência, assumindo a dupla função de conhecer e de fazer conhecer, narrando e comentando, a realidade de todos (...)” (Rita, 1998: 30). Nestas palavras, salientamos duas funções da crónica no jornalismo oitocentista: por um lado, informar sobre aspectos diversificados da actualidade política, social e cultural; por outro lado, comentar esses mesmos aspectos, através de uma subjectividade inerente à presença da primeira pessoa da enunciação. Todas as tentativas de definição e circunscrição do género apontam como característica-chave a presença da subjectividade: se percorrermos os actuais manuais de jornalismo e até mesmo as obras que esclarecem aspectos da genologia jornalística, encontraremos de forma recorrente esta marca – a pessoalidade do discurso cronístico.

Podemos, portanto, afirmar que a crónica é um texto de autor cujo nome, inscrito no fim dos textos, funciona como um sintagma de valor paratextual, incentivando ou não à leitura. Geralmente, a contribuição dos cronistas nos jornais de oitocentos, bem como nos de hoje, era uma presença continuada, que tinha geralmente uma certa duração.

Finalmente, cumpre-nos assinalar uma outra característica do género, em parte decorrente da própria origem etimológica da palavra crónica. Como é sabido, crónica deriva do radical grego *khronos* que significava “o tempo que passa” e, neste sentido, há que ter em conta a dimensão historiográfica do género. Apesar de, modernamente, a crónica ter perdido essa conotação de narrativa histórica e cronológica dos acontecimentos, ela ainda mantém uma importante relação com o tempo, como assinala Carlos Reis:

Uma das propriedades decisivas e consensualmente reconhecidas na crónica (...) [é] a sua dimensão temporal, inscrita, de resto na própria matriz etimológica do termo crónica. (Reis, 2005: 18).

A crónica é, assim, um género textual que pode possuir, a par de uma estrutura argumentativa pela qual perpassa a opinião do cronista, uma marca de dimensão temporal que é a narratividade. O cronista é, assim, e muitos o foram, nomeadamente Eça de Queirós, um contador de histórias que, inspirando-se na realidade e na vida circundante, constrói textos com valor cronotópico, datados temporal e espacialmente, com um maior ou menor grau de efabulação. É precisamente o sentido que atribuímos às palavras de Carlos Reis, quando escreve que a dimensão temporal da crónica se refere “não tanto à dinâmica interna do texto cronístico (...) mas antes à relação da crónica com o seu tempo, com o movimento da história ainda em decurso, às vezes até com as incidências, com as figuras, com os conflitos e com as motivações da pequena história, quase sempre esquecida pela historiografia como ciência e repositório da memória colectiva.” (Reis, 2005: 18).

### 5. As crónicas d’*A Actualidade*: informação e opinião

Acabámos de descrever, de forma sumária, um género à luz do qual julgamos poder ler e interpretar as cartas que Eça de Queirós publicou no jornal *A Actualidade*, entre 1877 e 1878. Vimos como a crónica, sendo um género ambíguo e de fronteiras fluidas, possui, apesar de tudo, um conjunto de características distintivas: é um género que veicula textos de autor, na maioria dos casos assinados e com evidentes marcas de subjectividade, transmitindo informação e opinião em simultâneo; trata-se de um género compósito que pode nutrir-se de uma grande multiplicidade de outros géneros e que ocupa, dentro do periódico, o espaço reservado a um misto de entretenimento e informação. Resultado de uma escrita fluida, informal e, muitas vezes, com marcas de coloquialidade, a crónica assume-se como um género propício à proximidade entre leitor e escritor, dessacralizando a escrita e democratizando a leitura. A crónica alimenta-se fundamentalmente do tempo, uma dimensão que, como referimos, se encontra já na origem etimológica do termo. Circunscrita a um tempo e a um espaço com os quais estabelece relações, a crónica pode focar diversos aspectos desse real, filtrado pela perspectiva pessoal do cronista e com uma maior ou menor dose de ficcionalização. Por essência efémera e fugaz, em grande medida experienciando a efemeridade do *medium* que a suporta, ela pode, por outro lado, e dependendo da sua qualidade estética

ou do peso institucional do nome que a subscreve, ser preservada e perpetuada em livro, como é o caso de toda a cronística queirosiana.

Ora, em pleno século XIX, um dos contextos em que era comum o recurso à crónica era o dos correspondentes dos jornais e revistas, geralmente destacados em países estrangeiros e escrevendo regularmente crónicas sobre os mais variados assuntos caracterizadores das sociedades em que viviam. O caso de *Cartas de Londres* é precisamente este: trata-se de uma compilação de quinze crónicas epistolares que Eça enviou de Inglaterra, onde residia, ao longo de dois anos para o jornal de Anselmo Morais Sarmiento. O que tentaremos demonstrar de seguida é a dimensão cronística destes textos, tendo como referência algumas das características que salientámos no ponto anterior.

Estes quinze textos enviados de Newcastle têm temáticas muito diversificadas, versando sobre diversos aspectos da política, da sociedade e da vida cultural inglesas: desde questões de fundo de política internacional, como a guerra russo-turca, até factos anedóticos ou bizarros, como a presença de um chimpanzé no zoo londrino, passando por notícias breves de invenções recentes (o telefone e o gravador), por recensões críticas a livros ingleses, de tudo se fala nestes textos, aparentemente de um modo desenvolto, superficial, numa linguagem acessível e sem se obedecer a um plano rígido ou a uma estrutura previamente reflectida. De facto, numa primeira leitura destes textos, ficamos com a nítida sensação de que Eça os escrevia de um modo descontraído, ao correr da pena, sem grandes elaborações estilísticas ou estruturais; de forma, portanto, muito diferente daquela que caracterizava a sua escrita literária, em que as revisões de texto, as emendas e a obsessão pela perfeição são constantes.

A ausência de coerência temática, dentro de cada uma destas crónicas d’*A Actualidade*, também nos sugere que Eça procurava, de forma errante, assuntos diversos com que as preencher, deixando-nos textos marcados por uma certa fragmentariedade que traduziam uma imagem poliédrica da Inglaterra do seu tempo. Apesar de tudo, uma leitura atenta destas cartas autoriza uma delimitação por áreas temáticas recorrentes em cada crónica: embora os textos não possuam títulos ou subtítulos, eles podem dividir-se em grandes parágrafos (tal como surgem na edição em livro), aos quais corresponderia um assunto específico. Desta forma, Elza Miné, num estudo inaugural sobre estas crónicas, afirma que “o escritor obedecia a um plano, de que constavam quatro tópicos fundamentais: política, sociedade, novidades teatrais, literárias, musicais e um quarto, que

poderíamos chamar “várias” ou “curiosidades”, todos eles apresentados de forma independente mas sem subtítulo.” (Miné, 1986: 51). Esta organização leva-nos a comparar cada uma destas crónicas queirosianas a uma *micro-jornal*, que tentava informar e opinar sobre os factos mais recentes da política externa e interna, descrever aspectos da vida social potencialmente caracterizadores da sociedade inglesa, actualizar os leitores sobre aspectos da vida cultural desse país e entreter através da narrativa de curiosidades ou de pequenas excentricidades. Cada um destes textos possui, desta forma, uma autonomia, embora encontremos exemplos de serialidade, como é o caso da cobertura da guerra russo-turca que introduz uma boa parte destas crónicas, ou o tratamento dado à evolução política francesa.

Dentro da sua diversidade temática, aquilo que estes textos nos oferecem é um conjunto de visões muito particulares do cronista em relação à realidade estrangeira em que estava inserido: sem constituírem análises muito aprofundadas ou fundamentadas, aquilo que *Cartas de Londres* revelam é a veia crítica e o olhar perspicaz de um escritor que não fica indiferente à sociedade nem ao seu tempo e que revela a preocupação de partilhar com leitores portugueses, distantes, portanto, destes acontecimentos, certos vícios, defeitos e qualidades do povo britânico. Fá-lo, aliando um estilo solto e desprezioso a uma fina ironia e até mesmo humor, como se conversasse com os seus leitores, despreocupadamente, sem grandes ambições analíticas ou pretensões argumentativas. Aliás, o pendor argumentativo de alguns dos textos que, anos mais tarde, escreverá para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, ainda não está consolidado nestas crónicas do final da década de 70, onde a opinião ainda aparece de forma matizada, sem grande grau de elaboração persuasiva. Eça assume-se aqui claramente como um cronista, na verdadeira acepção do termo:

Alguém que transforma a matéria-prima do vivido, enquanto participante nele implicado, em narração; alguém que vive o presente e que do presente faz história comentada, porquanto observa e julga o que observa, dando a conhecer a trajectória do seu olhar (...). (Gonçalves, 1995: 228).

Quer isto dizer, portanto, que os textos que compõem *Cartas de Londres* revelam algumas características fundamentais, decorrentes do seu estatuto de texto de imprensa, por um lado, e, por outro lado, fruto do género que os suporta. Relativamente à sua integração jornalística, podemos salientar sobretudo

três características bem visíveis: o sentido da actualidade, a efemeridade e a preocupação com as fontes de informação. De facto, são textos que versam sobre assuntos actuais, notando-se claramente, em muitos momentos, a preocupação do cronista em actualizar os dados sobre determinadas questões ou informar acerca das novidades mais recentes; são fruto da efemeridade da escrita típica dos jornais, sendo afectados pelos constrangimentos de espaço e de tempo característicos da escrita jornalística<sup>6</sup>; finalmente, têm a preocupação de cruzar discursos de proveniência muito diversificada, nomeadamente o discurso de vários títulos da imprensa inglesa, de onde Eça retirava os assuntos e temas que desenvolvia. Quanto às marcas cronísticas destes textos, julgamos poder realçar o seu estilo conversacional, para o qual contribui o recurso a uma linguagem informal; a sua heterogeneidade temática; a superficialidade com que são abordados alguns assuntos; a preferência por temas sociais, anedóticos ou insólitos; a aparente desordem com que o escritor salta de assunto em assunto; a presença do humor e do registo satírico; a sua dimensão lúdica e de entretenimento. Além destas marcas superficiais que, como vimos anteriormente, são apanágio do género crónica, podemos ainda referir a forte componente subjectiva destes textos, bem como a sua tendencial narratividade.

Vejamos, então, com base na análise das crónicas e com mais pormenor, cada um dos aspectos acima referidos. Dissemos, anteriormente, que a componente temporal era crucial na delimitação do género crónica, atendendo ao facto de o cronista ser sempre alguém comprometido com o presente e o espaço que o rodeiam. Nestas crónicas, não só extraímos imagens da experiência inglesa de Eça, mas também conseguimos ir construindo quadros de referência sobre a actualidade em que foram escritas. Quer isto dizer que, nestes textos, para além da forte dimensão temporal decorrente da sua circunscrição genológica, deparamos também com uma preocupação em oferecer aos leitores informações actualizadas sobre determinados assuntos, como se espera de um correspondente jornalístico. Um bom exemplo desta urgência de actualidade é a forma como o conflito russo-turco é tratado nestes textos: das quinze cartas enviadas para o jornal portuense, doze desenvolvem este tema de política internacional que Eça

<sup>6</sup> A terminar a sua penúltima carta, comenta Eça – “esta carta já vai longa – mas preciso contar-lhes um pequeno facto picante” (Queirós, 1986: 991) – dando a entender que tinha a noção dos constrangimentos de espaço e de tempo a que deveriam submeter-se as suas cartas.

acompanha com entusiasmo, desde o início, procurando sempre aliar informação e opinião, e tentando centrar-se na forma como a Inglaterra vai gerindo a sua participação no conflito. Os outros assuntos políticos, abordados por Eça nestas crónicas, também obedecem a critérios de actualidade e de relevância: aspectos da política francesa, as reivindicações operárias na Inglaterra, a anexação do Transval e do Egipto pela Inglaterra, a morte de Pio IX e a eleição de Leão XIII, os motins americanos, a fome na Índia, etc. Muito provavelmente, estes eram temas da agenda noticiosa britânica que Eça reinterpreta, adaptando-os ao leitor d' *A Actualidade*.

Bastará uma qualquer leitura destas crónicas queirosianas, para percebermos o profundo empenho de Eça em ler uma grande variedade de jornais<sup>7</sup>: desde os veneráveis *Times*, *The Daily Telegraph*, *Daily News*, *Standard* e *The Morning Post*, que Eça adjectiva de “os grandes jornais – jornais personagens” (Queirós 1986: 983), até aos periódicos de cariz social e satírico como o *Fun*, a *Whitehall Review*, a *Vanity Fair*, onde Eça encontrava as *petites-histoires* e os episódios picantes com que entretinha os seus leitores.

Aliada a esta preocupação de actualidade que, como dissemos, está intimamente relacionada com o diálogo que estas cartas queirosianas estabelecem com a imprensa inglesa da época, notamos uma outra inquietação do correspondente, também ela de cariz jornalístico: ser portador de um discurso credível. Se é certo que o seu estatuto de correspondente lhe conferia uma ampla margem de liberdade no tratamento da informação e na forma de sobre ela opinar, também é verdade que lhe era exigida uma capacidade de transmitir, de forma clara, uma visão lúcida e realista do país em que se encontrava. Esta preocupação transparece em diversos locais destas crónicas, sobretudo quando o que está em causa é o tratamento de temas políticos. Regra geral, o cronista fundamenta as suas interpretações, ou em notícias de outros correspondentes destacados para os locais dos acontecimentos, ou nas diferentes versões veiculadas pela imprensa, ou nos telegramas das agências ou ainda em fontes orais que considere fidedignas.

<sup>7</sup> Rastreámos a presença de onze títulos da imprensa inglesa ao longo das *Cartas de Londres*: *Fun*, *Economist*, *Spectator*, *Times*, *Standard*, *The Morning Post*, *Whitehall Review*, *Daily News*, *Vanity Fair*, *The Daily Telegraph*, *Echo*.

Tratando-se de temas políticos – aquilo que actualmente podemos designar de “hard news”<sup>8</sup> – a opinião de Eça nunca aparece descontextualizada e há mesmo uma clara necessidade de a fundamentar e até reforçar, quer através de uma análise histórica mais detalhada, quer através da presença das fontes periódicas inglesas. A primeira crónica, de 14 de Abril de 1877, é, a este respeito, modelar: partindo de um facto concreto – a irreductível posição turca face ao *ultimatum* russo – o cronista explica em termos contextuais este posicionamento turco; fá-lo através de uma retrospectiva histórica que mostra como a “Europa tem-na [à Turquia] tratado como um seu subalterno dependente” (Queirós, 1986: 887). Posteriormente, tentando não ser parcelar, explica as motivações russas e alicerça-as em questões de estratégia política interna; para terminar, antes de traduzir a posição inglesa sobre o conflito, recorre ao pormenor do número, demonstrando a desproporção dos dois exércitos.

O modo fundamentado com que o cronista expressa as suas opiniões, sobretudo no que diz respeito aos temas políticos, a preocupação em transmitir informações recentes e, portanto, pertinentes, a presença intertextual e constante da imprensa britânica são três factores que, na nossa opinião, investem o cronista de uma autoridade e credibilidade importantes na relação que estabelece com os leitores que, como sabemos, se encontram distantes do centro dos acontecimentos.

No caso destas crónicas queirosianas, deveremos, naturalmente, fazer uma ressalva prévia: elas não são textos informativos no sentido literal do termo, pois possuem uma dimensão opinativa muito forte, característica, aliás, da sua dimensão cronística. Assim, parece-nos que Eça, para além de utilizar a sua notoriedade e tudo o que está implicado no seu estatuto de correspondente, também recorre ao seu estatuto de “informador plural”, uma vez que, como já sublinhámos, não prescinde da utilização de uma vasta quantidade de fontes da imprensa inglesa, nem do que ouve de informadores credíveis.

<sup>8</sup> O conceito de *hard news* é da autoria de Gaye Tuchman que considera a existência de dois grandes tipos de notícias: as *hard news* e, por oposição, as *soft news*. As primeiras dizem respeito aos temas de importância política, social ou cultural, enquanto que as segundas incidem sobre aspectos interessantes da vida humana. Leia-se as palavras da autora: “The newswriters' main distinction is between hard news and its antitheses, soft news. As they put it, hard news concerns occurrences potentially available to analysis or interpretation, and consists of ‘factual presentations’ of occurrences deemed newsworthy. (...) Finally, newswriters may simply summarize: hard news concerns important matters and soft news, interesting matters.” (Tuchman, 1980: 47-48).

A este respeito e para concluirmos este ponto de reflexão, gostaríamos de realçar duas importantes características destas crónicas: a sua tendencial narratividade, por um lado, e, por outro, a sua dimensão paraliterária. De facto, Eça não perde nunca a oportunidade para ensaiar e testar procedimentos típicos da ficção literária, sejam eles a construção de personagens, a configuração de ambientes sociais, a montagem de cenas, a descrição de cenários, etc. À semelhança do que sucedera, uns anos antes, nas páginas do *Distrito de Évora*, também aqui, nas *Cartas de Londres*, Eça aproveita alguns factos e acontecimentos extraídos do real, para desenvolver pequenas histórias e construir algumas intrigas cujo grau de efabulação é claro. Exímio construtor de personagens, ó cronista, sempre que depara com uma figura histórica mais invulgar, rapidamente enriquece o seu discurso, seja ele informativo, opinativo ou crítico, com a construção de um retrato: depois de dar conta do início da guerra russo-turca, na segunda carta, apresenta a traços largos a personagem de Hobart-Pachá que considera “uma das figuras mais salientes e mais originais desta guerra” (Queirós, 1986: 895); descreve os factos da sua biografia e, no final, não resiste a traçar-lhe um perfil todo literário: “tem 45 anos, a barba toda espessa, o olhar agudo, o sobrolho carregado, e um certo ar de bonomia altiva. É um aventureiro do bem – ou, antes, uma heroicidade disponível, que procura emprego.” (Queirós, 1986: 896).

De facto, são sobretudo os temas sociais que servem de mote à construção das pequenas narrativas, quase todas elas marcadas pela excentricidade ou pelo desconcerto, daí que possamos inseri-las no grupo dos *faits divers*. Um exemplo ilustrativo deste procedimento encontra-se na quarta carta, em que, a propósito da visita do General Grant, um ex-presidente dos Estados Unidos, o cronista constrói um quadro de hilaridade, através do qual ridiculariza o ex-Chefe de Estado e a sua mulher. Em jeito de anedota, descreve um dos jantares que lhes foi oferecido, recorrendo mesmo à cena dialogada, procedimento típico da narrativa ficcional, e que aqui se encontra ao serviço da irrisão<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Vale a pena ler um excerto: “Madame Grant tem divertido a sociedade inglesa com alguns equívocos, que se tomarão históricos. Há dias dizia no salão do Príncipe de Gales:

“Tive ontem o prazer de conhecer um dos grandes homens de Inglaterra, ao que me dizem, o Sr. Blackstone. Todo o mundo arregalou os olhos. Blackstone! Quem seria?

Descobriu-se, depois de grandes averiguações, que Blackstone era simplesmente Gladstone!” (Queirós, 1986: 916).

## 6. Imagens de Inglaterra para divertir os leitores

Na verdade, como já dissemos, estes textos de Eça, se, por um lado, obedecem a alguns critérios jornalísticos, nomeadamente à actualidade, à verdade e à preocupação de veicularem opinião fundamentada em fontes precisas, por outro lado, também são textos que escapam a uma lógica puramente jornalística, revelando-se excertos literários que cumprem uma função lúdica evidente. Esta dimensão lúdica, bem patente em diversos momentos destas cartas, decorre de uma das funções do género: a dimensão de entretenimento do leitor. A *petite-histoire*, o *fait-divers*, a anedota, o detalhe excêntrico estão sempre presentes nestes textos e permitem a Eça dar asas à sua imaginação de escritor, insuflando as crónicas com notas de humor e de sátira.

As imagens da Inglaterra queirosiana, sobretudo no que respeita a sua vertente sócio-cultural, são afectadas pelo teor lúdico destes textos. Em todas as cartas, o cronista tem a preocupação de apontar o pormenor exótico, a história bizarra, o acontecimento invulgar, dando a sensação de querer produzir nos leitores um efeito de surpresa e estranheza. Para isso, socorre-se das inúmeras publicações inglesas menos sérias e mais vocacionadas para a cobertura do social que já tivemos oportunidade de citar e que o próprio Eça classifica de “pequenos jornais de escândalo, de mexerico, de pilhéria, ou de curiosidade” (Queirós, 1986: 945). Este género de publicações eram típicas da imprensa anglo-americana da época precocemente sujeita a critérios comerciais. O nome de Joseph Pulitzer é um dos símbolos deste tipo de jornalismo, baptizado na última década do século, com o nome de “yellow journalism”, feito de notícias sensacionalistas, de *fait-divers* e de técnicas que visavam atrair o maior número possível de leitores.

Mesmo quando parte de *hard-news*, o cronista parece ter a tentação de desconstruir a seriedade dos factos políticos, explorando a sua faceta bizarra e por vezes grotesca. Um exemplo desta estratégia poderá ajudar-nos a fundamentar este aspecto: na carta décima-primeira, de 10 de Janeiro de 1878, em que comenta a divisão da opinião pública inglesa acerca da entrada do país na guerra, descreve um *meeting* a que ele próprio assistira em Newcastle, esperando-se que dessa descrição algo se acrescentasse sobre a posição política de uma das facções; no entanto, o assunto é desviado para a narração de um incidente insólito que teve que ver com a presença de um velho ébrio que dominou as atenções da plateia (Queirós, 1986: 965-966).

O que este exemplo ilustra é a tendência evidenciada por Eça de Queirós, nestes textos, para surpreender o leitor, desconstruindo o pacto de leitura estabelecido tacitamente entre um correspondente, para mais cônsul no país de onde escrevia, e os leitores d'*A Actualidade* que esperavam destes textos uma mais ampla informação sobre Inglaterra. Este procedimento serve, em nossa opinião, dois objectivos distintos: por um lado, aligeira o discurso, suavizando a seriedade da análise política; por outro lado, ao insistir na excentricidade, no tratamento quase caricatural, o cronista desmistifica a imagem da Inglaterra aos olhos dos leitores portugueses, oferecendo uma imagem distorcida pelo humor, pela ironia e pelo sarcasmo. Estas crónicas d'*A Actualidade*, um pouco à semelhança das *Farpas*, exploram amplamente esta dimensão satírica, através da qual Eça desconstrói a imagem da Inglaterra como a grande potência imperialista e desenvolvida do momento.

Uma leitura atenta às secções de sociedade e de novidades culturais fornece-nos inúmeros exemplos desta estratégia. Relativamente às novidades literárias, é uma nota constante e reiterada a falta de assunto e de novidades a apresentar aos leitores. Se fizermos um elenco das obras salientadas por Eça, rapidamente percebemos que pouco têm que ver com aquilo que se esperaria de um país que o próprio considera "o mais sensato, mais liberal, mais moderno, mais activo" (Queirós, 1986: 915). Também no tocante à vida cultural, as notícias escolhidas por Eça de Queirós não fazem justiça à proeminência cultural da Inglaterra: à excepção do sucesso dos concertos wagnerianos em Londres, anunciado na segunda crónica, encontramos referências a algumas encenações teatrais que servem normalmente de pretexto para satirizar a hipócrita moral inglesa que proíbe a *Dama das Camélias* de Dumas mas autoriza peças imorais (Queirós, 1986: 894); a mediocridade da exposição anual de pintura (Queirós, 1986: 900); o sentimentalismo da literatura e do teatro característicos da época natalícia (Queirós, 1986: 961-962). Esta selecção de aspectos caracterizadores da vida cultural inglesa parece-nos obedecer unicamente a um propósito: desconstruir, pela sátira e pelo ridículo, a seriedade e importância do país, dando continuidade a um tipo de registo tipicamente queirosiano, estimulado pela arguta capacidade de observador crítico.

A própria análise social da Inglaterra vitoriana é igualmente afectada pela irrisão e pela sátira, oferecendo-se ao leitor um conjunto pontual de pequenas histórias e *fait-divers* que deixam transparecer alguns defeitos do povo inglês.

É precisamente aqui que entra a mão do romancista ou, se quisermos, do exímio contador de histórias que foi Eça, capaz de transformar factos, acontecimentos e pequenos episódios divulgados pela imprensa em pequenas narrativas humorísticas, como já atrás foi referido. Por detrás destas pequenas histórias, está sempre presente, por vezes de forma camuflada, uma farpa ao modo de vida inglês. Tratamento semelhante merece a política interna inglesa, da qual Eça oferece aos seus leitores pequenos quadros que ilustram as fragilidades do sistema, o anacronismo de certas práticas e a excessiva veneração à família real.

Outra das facetas inglesas alvo do olhar satírico do cronista é o seu imperialismo. Nestes textos d'*A Actualidade*, já ocorrem algumas alusões a essa característica inglesa, mas surgem matizadas através do registo humorístico adoptado. A propósito da anexação do Transval, Eça comenta: "é mais um bocado do globo que entra para a vastidão da Inglaterra" (Queirós, 1986: 899); e em carta posterior, não resiste a contar, como se de uma anedota se tratasse, a negociação desse pedaço de terra: "à vista disto o Governo inglês, vendo aos pés uma República sem dono, oferecida por um, recusada por outro, fez o que era natural: suprimiu o Presidente Burghers, e meteu no bolso a República." (Queirós, 1986: 913). O mesmo registo anedótico é utilizado na reconstrução do boato que dava como certa a compra do Egipto pela Inglaterra, descrita na décima carta (21 de Dezembro de 1877): aqui Eça imagina a cena da compra do país, como se de uma mercadoria se tratasse. Vale a pena lermos o excerto, para percebermos que, no seu intuito satírico, o cronista não se coíbia em potenciar os recursos narrativos da ficção, colocando-os ao serviço do humor crítico:

Esta nação-avó, mais antiga que Jeová, comprada, vilmente comprada como um chapéu do Roxo, ou um quarteirão de peras da tia Vicência! É possível isto? Um sujeito de suíças e de polainas, chegando a Constantinopla e depois de um olhar de conhecedor, e de uma tossezinha de decisão, dizer sossegadamente, apontando para o Egipto:

- Isto - quanto?

- Tanto.

- Bem. Embrulhe e mande a casa! (Queirós, 1986: 958).

O panorama social inglês também não escapou ao crivo humorístico do cronista; segundo Elza Miné, foi das publicações sociais e elegantes que

Eça de Queirós retirou material que prendesse a atenção dos seus leitores e, simultaneamente, se coadunasse à sua inclinação crítica. A futilidade da aristocracia e da *season*, o anacronismo dos *clubs* londrinos, as desigualdades sociais, o comportamento da família real, os escândalos aristocráticos, são alguns exemplos dos episódios narrados pelo cronista ao longo das suas quinze cartas que nos pintam uma sociedade extremamente estratificada e desigual, moralmente hipócrita, anacrónica em muitos dos seus costumes e, portanto, risível.

Claro que, tratando-se do olhar crítico de Eça, é natural que assim seja, pois, aquando da escrita das *Farpas*, o mesmo sucedera relativamente a Portugal; no entanto, esta tendência parcial e parcelar para apenas captar o negativo, o estranho e o medíocre se, por um lado, nos parece pouco própria a um diplomata, por outro lado, revela uma certa coerência em relação à imagem da Inglaterra que tanto Eça como a sua geração deixaram transparecer.

Acreditamos que tal facto se pode atribuir a duas ordens de factores: por um lado, como dissemos, um desejo por parte do cronista em destruir a aura da imperial Inglaterra, reduzindo-a aos seus aspectos anedóticos e ridículos, em parte devido à nova visão que a vida e a experiência no país lhe proporcionavam; por outro lado, o facto de estes textos também cumprirem uma função de entretenimento e de lazer, estabelecendo com os seus leitores uma relação informal e oferecendo-lhes quadros humorísticos e risíveis, facilmente assimiláveis. Esta última tese é defendida por Américo de Sousa que afirma, a respeito das *Cartas de Londres* e das *Cartas de Inglaterra*, que “Eça nunca foi um verdadeiro jornalista, na justa acepção do termo, ele pretendia entreter os seus leitores, e não narrar-lhes a verdade rigorosa dos factos ou mesmo expor sem blague o que deles pensava.” (Sousa, 1993: 528).

Assim, *Cartas de Londres* são textos informativos, referenciais e actuais, cumprindo uma das funções esperadas do contributo de um correspondente de imprensa, mas são também e sobretudo exercícios de estilo, narrativas rudimentares, através dos quais Eça alimenta as expectativas lúdicas dos seus leitores e se liberta dos constrangimentos de uma escrita encomendada e regular, que o obrigava a uma busca permanente de assuntos.

## 7. Em síntese

Esta breve leitura de *Cartas de Londres* permitiu, em nosso entender, demonstrar algumas características fundamentais do jornalismo oitocentista e, simultaneamente, ilustrar como os discursos dos jornais da época são também, para além de tribunas públicas da elite intelectual, valiosas narrativas que permitem escrever ou reescrever a História.

Na verdade, cremos ter ficado claro que a crónica é um género textual de importância vital para a construção do espaço jornalístico oitocentista, não só por ser dos poucos géneros estáveis e relativamente aos quais os escritores revelavam já uma forte consciência genológica, mas também porque era através dele que os homens de letras se afirmavam como responsáveis pela construção de um espaço público.

Por outro lado, a leitura destas crónicas epistolares queirosianas veio confirmar, na nossa opinião, o importante papel assumido pelo género no discurso público do século XIX: a crónica, dada a sua versatilidade e o seu carácter compósito, era um espaço discursivo onde se construía narrativas de dimensão cronotópica. Por outras palavras, a crónica, apesar de muito diferente da sua acepção etimológica ancestral, continuou a ter um poder de representatividade histórica inquestionável. Esse poder advinha, naturalmente, da sua capacidade em plasmar discursos subjectivos, através dos quais os escritores / jornalistas comentavam, textualizavam e narrativizavam fragmentos da realidade política, social e cultural.

No caso específico aqui trabalhado, pudemos verificar como as crónicas que Eça publicou no jornal *A Actualidade* são também, entre muitas outras coisas, repositórios de porções da História europeia da época, filtrados pelo olhar sempre crítico do escritor e, portanto, espelhos de uma memória colectiva que perdura. Perdura pela atemporalidade que também as afecta. Perdura pelo virtuosismo de quem as assina.

## Bibliografia:

### Bibliografia Activa

*A Actualidade*, (1877-1878), Porto.

Queirós, Eça, (1981), *Páginas de Jornalismo «O Distrito de Évora» (1867)*, Edição de Aníbal Pinto de Castro, Porto, Lello & Irmão Editores, Vols. I e II.

Queirós, Eça de, (1986), *Cartas de Londres, Obras de Eça de Queiroz*, Vol. IV, Porto, Lello & Irmão – Editores, pp. 885-997.

### Bibliografia Crítica

- AA.VV., (s/d), *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XVII, Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia.

- Amaral, Manuel (ed.), (2000), *Portugal Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, www.arqnet.pt/dicionario

- Andrade, Miranda de, (1953), «Eça de Queiroz e a *Revista de Portugal*», *Ocidente*, Suplemento, Vol. XLIV, Nº 177, Janeiro, Lisboa, Edição de Álvaro Pinto.

- Ferenczi, Thomas, (1993), *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Plon.

- Gonçalves, Henriqueta Maria, (1995), «A Crónica e o Romance pós 1888: interacções», *150 anos com Eça de Queirós*, III Encontro Internacional de Queirosianos, São Paulo, Centro de Estudos Portugueses, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, pp. 228-237.

- Mesquita, Mário, (1984), «A crónica como forma de expressão jornalística», *Deve & Haver*, Lisboa, Distri, pp. 202-218.

- Miné, Elza, (1986), *Eça de Queirós jornalista*, 2ªed., Lisboa, Livros Horizonte.

- Outeirinho, Fátima, (2001), «A imprensa periódica e o folhetim na vida do homem de letras oitocentista», *Queirosiana. Estudos sobre Eça de Queirós e sua Geração*, Nº 11/12 (Edição do centenário), Fundação Eça de Queiroz, pp. 81-92.

- Rafael, Gina Guedes e Santos, Manuela, (2001), *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Vol. I.

- Reis, Carlos, (2005), «O Tempo da Crónica», *JL*, 12 a 25 de Outubro, p. 18.

- Rita, Annabela, (1998), *Eça de Queirós Cronista – Do «Distrito de Évora» (1867) às «Farpas» (1871-72)*, Lisboa, Editora Cosmos.

- Santana, Maria Helena, (2003), «A Crónica: a escrita volátil da modernidade», Jesus, Maria Saraiva de (coord.), *Rumos da Narrativa Breve*, Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, pp. 9-19.

- Sousa, Américo Guerreiro, (1993), «A Inglaterra na Obra de Eça de Queirós», Matos, A. Campos (org.), *Dicionário de Eça de Queirós*, 2ª ed., Lisboa Editorial Caminho, pp. 527-530.

- Tuchman, Gaye, (1980), *Making News. A Study in the Construction of Reality*, New York and London, The Free Press.

- Van Dijk, Teun, (1997), «Semântica do Discurso e Ideologia», Pedro, Emília Ribeiro (org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Caminho, pp. 105 – 168.

